



*Estado do Rio de Janeiro*  
***Câmara Municipal de Macuco***  
*Poder Legislativo*

*Ata DCCCLXXII da Sessão Ordinária da Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Macuco, realizada no dia 12 de março de 2018, às 18h00 min, Na forma regimental;*

*Aos doze dias do mês de março de 2018, realizou-se a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Macuco, localizada na Travessa Mercedes Monteiro Machado nº43, na cidade de Macuco, neste Estado. Ausente o Vereador Alberto de Oliveira Herdy. A Ata da Sessão anterior foi colocada em Discussão e Votação o qual foi aprovada por unanimidade. A palavra foi franqueada no Pequeno Expediente. Não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente o Presidente solicitou a Secretária Geral para que fizesse a leitura do Grande Expediente. No Grande Expediente foi feita a leitura do Projeto de Lei Nº003/18 de autoria da Mesa Diretora que dispõe sobre “Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder o reajuste do salário aos servidores da Câmara Municipal e dá outras providências”, do Projeto de Decreto Nº001/18 de autoria do Poder Legislativo que dispõe sobre “Concede Comenda Deputado Junot Abi-Ramia Antônio à Igreja Batista em Macuco”, da Indicação Nº1032/18 de autoria do Vereador Romulo da Silva Oliveira, da Indicação Nº1037/18 de autoria do Vereador Cássio Avelar Daflon Vieira, da Indicação Nº1038/18 de autoria do Vereador José Luiz Estefani Miranda Filho, da Indicação Nº1039/18 de autoria do Vereador Diogo Latini Rodrigues, do Comunicado NºCM292395/2017 do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Convite da Igreja Batista em Macuco. A Palavra foi franqueada ao Grande Expediente. Não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra no Grande Expediente, o Presidente Carlos Alberto da Silva Oliveira passou para Ordem do Dia. O Presidente disse que por se tratar de Projeto em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº003/18 de autoria da Mesa Diretora que dispõe sobre “Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder o reajuste do salário aos servidores da Câmara Municipal, e dá outras providências” solicitou o Parecer Verbal das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Perguntou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação como vota o Vice-Presidente da Comissão o Vereador João Batista da Silva Martins, o qual disse pela aprovação. Perguntou como vota o Membro da Comissão o Vereador José Luiz Estefani Miranda Filho, o qual disse pela aprovação. Em seguida perguntou a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira como vota o Presidente da Comissão Vereador Júlio Carlos Silva Badini, o qual disse pela aprovação. Perguntou como vota o Membro da Comissão*

*Vereador Romulo da Silva Oliveira, o qual disse pela aprovação. Havendo Pareceres Favoráveis colocou os Pareceres em Única Discussão e Votação os quais foram aprovados por unanimidade. Colocou o Projeto de Lei em Tela em Única Discussão e Votação o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida colocou o referido Projeto de Lei em sua Redação Final em Única Discussão e Votação o qual foi aprovado por unanimidade foi à sanção. Em seguida encaminhou o Projeto de Decreto Nº001/18 de autoria do Poder Legislativo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em seguida encaminhou a Indicação Nº1032/18 de autoria do Vereador Romulo da Silva Oliveira, a Indicação Nº1037/18 de autoria do Vereador Cássio Avelar Daflon Vieira, a Indicação Nº1038/18 de autoria do Vereador José Luiz Estefani Miranda Filho e a Indicação Nº1039/18 de autoria do Vereador Diogo Latini Rodrigues ao Chefe do Poder Executivo. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e eu Janaina Pinheiro Felix Azevedo lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente \_\_\_\_\_ e pelo 1º Secretário \_\_\_\_\_.*